



Passos desafia partidos a quantificar gastos por sector

Conferência Primeiro-ministro diz que os objectivos orçamentais ditam o nível de carga fiscal.

Paula Cravina e Sousa
paula.cravina@economico.pt

O primeiro-ministro, Passos Coelho, desafiou ontem os partidos a divulgarem quanto pretendem gastar por sector, para que se possa perceber qual o nível de impostos que as medidas que levam a votos exige.

O PS não quantificou ainda todas as medidas do seu programa eleitoral, mas o ex-ministro da saúde socialista, que participou na elaboração do programa do PS para a área da Saúde, Correia de Campos, garantiu em entrevista ao Diário Económico que “tudo o que está no programa e que tem despesa tem contas atrás”.

Não é a primeira vez que a maioria tenta pressionar o PS a divulgar os cálculos por trás das medidas que propõe implementar se chegar ao governo. Quando o grupo de economistas liderado por Mário Centeno apresentou o cenário macroeconómico, PSD e CDS tentou forçar a análise das contas pela UTAO (a unidade técnica que presta apoio orçamental ao Parlamento) e pelo Conselho das Finanças Públicas.



Passos Coelho disse que “teria muita utilidade que os partidos pudessem ser claros quanto àquilo que são seus objectivos em matéria de política orçamental”.



António Costa considera que as metas do Governo falharam pelo “excesso de estrangulamento da procura interna, da redução de rendimentos associada ao enorme aumento de impostos”.

A política fiscal esteve ontem em debate na Fundação Champalimaud numa conferência organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e pela TSF.

“Teria muita utilidade, nomeadamente em anos eleitorais, como este, que, de um modo geral, os partidos pudessem ser claros quanto àquilo que são seus objectivos em matéria de política orçamental, porque é isso que determina o nível de fiscalidade”, afirmou o primeiro-ministro, citado pela Lusa. “Quanto queremos gastar em saúde? Quanto é que queremos gastar em educação? Quanto é que queremos gastar em segurança social?”, questionou Passos Coelho. “O Governo fê-lo claramente no Programa de Estabilidade que apresentou à Assembleia da República e à Comissão Europeia”, acrescentou.

António Costa afirmou que o Governo deixou de criticar o estudo feito pelo grupo de economistas. O Executivo enviou 29 perguntas que foram respondidas em 23 “extensas” páginas, sendo que desde aí o estudo não voltou a ser contestado, lembrou o líder socialista. Costa disse ainda que as metas do Governo falharam tanto em indicadores económicos como de finanças públicas. O que explica isto é “a clara subestimação do efeito negativo sobre a economia por excesso de estrangulamento da procura interna, da redução de rendimentos associada ao enorme aumento de impostos”, que se verificou em 2013.

António Costa considera que há uma alternativa dentro do euro em que Portugal pode ter uma voz activa. O secretário-geral do PS enumerou as propostas fiscais apresentadas pelos socialistas: lembrou a promessa de acelerar a eliminação da sobretaxa do IRS até 2017, a revisão dos escalões do IRS e a eliminação do quociente familiar. ■